

Gedeão Negreiros exonera 729 comissionados da Câmara da capital um dia depois da mulher perder para deputada estadual



Exonerações atingiram 729 comissionados de diferentes setores do Legislativo municipal; Câmara diz que medida integra reorganização administrativa, adequação do quadro de pessoal e equilíbrio das contas para o encerramento de 2026.

O presidente da Câmara de Vereadores de Porto Velho, Gedeão Negreiros exonera na última segunda-feira, 05, 729 servidores comissionados, lotados nos mais diversos gabinetes e departamentos do legislativo municipal.

O corte em massa atingiu múltiplos setores da Casa Legislativa de forma transversal, alcançando desde os gabinetes parlamentares até o departamento de recursos humanos, setor financeiro e comissões temáticas e aconteceu um dia depois da ex-secretária de educação da capital, Gláucia Negreiros, não conseguir eleição para a Assembleia Legislativa.

Leia mais na pág. 03

11º Leilão Direito de Viver de Porto Velho abre campanha de doações em prol do Hospital de Amor

PG. 04



Luizinho Goebel anuncia projeto de rodovia para ligar Cone Sul à região de Porto Velho



Deputado anuncia projeto de corredor rodoviário para conectar o Cone Sul a Porto Velho por rotas alternativas à BR-364.

PÁGINA 02

Governador eleito inicia diálogo com TCE-RO para fortalecer gestão e resultados para a população



Governador eleito visita TCE-RO e discute transição, equilíbrio fiscal e prioridades para a nova gestão.

PÁGINA 02

Porto Velho decreta emergência após avanço da estiagem no rio Madeira



Estiagem já afeta cerca de 22,9 mil pessoas em 85 localidades; decreto municipal classifica o cenário como desastre de nível II.

PÁGINA 05

Expresso Porto sai do papel e começa a ser pavimentada em Porto Velho

PG. 05

Luizinho Goebel anuncia projeto de rodovia para ligar Cone Sul à região de Porto Velho

Reeleito para o sexto mandato consecutivo na Assembleia Legislativa de Rondônia, o deputado estadual Luizinho Goebel (PL) anunciou que pretende priorizar nos próximos quatro anos um projeto de ligação rodoviária pelo interior do estado, conectando municípios do Cone Sul à região de Porto Velho e criando uma rota alternativa ao eixo da BR-364.

O anúncio foi feito na terça-feira (6), durante pronunciamento na tribuna da Assembleia Legislativa. Goebel havia sido reeleito no domingo (4) com 25.915 votos, equivalentes a 2,75% dos votos válidos para deputado estadual em Rondônia.

A proposta envolve um corredor formado por estradas que recebem diferentes denominações ao longo do percurso, entre elas Estrada do Boi, Rodovia do Progresso, Transrondônia e Estrada da Produção.

Segundo Goebel, o projeto vem sendo discutido há anos e teve participação de seus mandatos anteriores. O deputado afirmou que, ainda durante o governo de Ivo Cassol, foram desenvolvidas etapas envolvendo abertura de estradas,

cascalhamento e construção de pontes.

A ligação apresentada pelo parlamentar prevê um extenso percurso pelo interior de Rondônia. Entre os municípios e regiões citados estão Cabi-xi, Pimenteiras do Oeste, Colorado do Oeste, Cerejeiras, Corumbiara, Parecis, Santa Luzia d'Oeste, Rolim de Moura, Novo Horizonte do Oeste, Alta Floresta d'Oeste, Castanheiras, Alvorada d'Oeste, Nova Brasilândia d'Oeste, Mirante da Serra, Jaru, Monte Negro, Alto Paraíso e Candeias do Jamari, até alcançar uma conexão com a BR-364.

Na avaliação apresentada por Goebel, a consolidação desse corredor poderia facilitar o deslocamento entre diferentes regiões rondonienses e contribuir para o escoamento da produção. A proposta também busca estabelecer uma alternativa de circulação para parte dos motoristas que atualmente utilizam a BR-364.

O projeto anunciado ainda representa uma proposta política e de infraestrutura apresentada pelo deputado. As informações divulgadas não estabelecem cronograma de execução, orçamento total ou prazo para conclusão da ligação

rodoviária.

Projeto foi apresentado ao governador eleito

Durante o pronunciamento, Luizinho Goebel afirmou que já conversou sobre a proposta com o governador eleito Marcos Rogério (PL) e que pretende colocar o projeto entre as prioridades do novo mandato na Assembleia Legislativa.

O deputado relacionou a melhoria da infraestrutura rodoviária à possibilidade de ampliar o escoamento da produção e a atividade econômica no interior do estado.



Deputado anuncia projeto de corredor rodoviário para conectar o Cone Sul a Porto Velho por rotas alternativas à BR-364.

Governador eleito inicia diálogo com TCE-RO para fortalecer gestão e resultados para a população



A poucos meses do início de um novo ciclo administrativo em Rondônia, o governador eleito Marcos Rogério escolheu o Tribunal de Contas do Estado (TCE-RO) para realizar sua primeira visita institucional após a eleição.

Mais do que uma agenda protocolar, o encontro, realizado na tarde desta terça-feira (6/10), na sede do Tribunal de Contas, simboliza um movimento em direção a uma transição baseada no diálogo, no planejamento e na busca por soluções que fortaleçam a capacidade

do Estado de atender às demandas da população.

Recebido pelo presidente do TCE-RO, conselheiro Wilber Coimbra, o futuro governador destacou o significado da visita e o respeito à instituição, reconhecendo o papel estratégico do Tribunal para a boa condução da administração pública.

Durante a reunião, foram tratados temas que impactam diretamente a qualidade dos serviços públicos e a sustentabilidade das contas estaduais, como orçamento, equilíbrio fiscal, previdência, arrecadação, investimentos, despesas com pessoal, governança. Também estiveram em pauta áreas essenciais para a população, entre elas saúde, educação e segurança pública.

A agenda reforça uma compreensão cada vez mais presente na gestão públi-

ca moderna: órgãos de controle e gestores compartilham o mesmo objetivo de promover resultados concretos para a sociedade, por meio de decisões mais seguras, eficientes e transparentes.

Nesse contexto, Marcos Rogério destacou a importância da orientação técnica do Tribunal durante a transição governamental e ao longo da futura administração, que terá início em janeiro de 2027.

Para o presidente do TCE-RO, a iniciativa demonstra compromisso com o planejamento e com a construção de um ambiente institucional cooperativo. Wilber Coimbra ressaltou que o Tribunal permanece à disposição para orientar, dentro dos limites legais, ações que contribuam para uma transição equilibrada e para uma gestão pública capaz de impulsionar o desenvolvimento do Estado.

DIÁRIO RO
diarioro.com.br

Empresa Jornalística Voz Regional
CNPJ: 10.483.593/0001-48
Fundado em 19 de Novembro de 2008

Rua General Osório, 243 - Centro
CEP: 76801-086 - Porto Velho - Rondônia

Jornalismo
(69) 3224-2485
jornalismo.diarioro@gmail.com

REDAÇÃO
Rua General Osório, 243,
Centro - Porto Velho - RO

Redação
diarioderondonia@gmail.com

Comercial
vozregionaladm@gmail.com
(69) 99264-1811

Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus autores e não refletem a opinião do veículo.

Gedeão Negreiros exonera 729 comissionados da Câmara da capital um dia depois da mulher perder para deputada estadual



Exonerações atingiram 729 comissionados de diferentes setores do Legislativo municipal; Câmara diz que medida integra reorganização administrativa, adequação do quadro de pessoal e equilíbrio das contas para o encerramento de 2026.

O presidente da Câmara de Vereadores de Porto Velho, Gedeão Negreiros, exonou na última segunda-feira, 05, 729 servidores comissionados, lotados nos mais diversos gabinetes e departamentos do legislativo municipal.

O corte em massa atingiu múltiplos setores da Casa Legislativa de forma transversal, alcançando desde os gabinetes parlamentares até o departamento de recursos humanos, setor financeiro e comissões temáticas e aconteceu um dia depois da ex-secretária de educação da capital, Gláucia Negreiros, não conseguir eleição para a Assembleia Legislativa.

Nos corredores do legislativo municipal Porto-velhense, também se questiona se a exoneração era de conhecimento dos demais vereadores e se ela aconteceu somente no dia 05 de outubro para não prejudicar as candidaturas dos vereadores que concorriam à Câmara Federal e Assembleia Legislativa e dos apoiados pelos que não concorreram no pleito do dia 04 de outubro. Muitos dos exonados participaram ativamente da campanha dos vereadores e dos candidatos apoiados pelos demais e foram pegos de surpresa ao retornarem aos seus postos de trabalho na segunda-feira.

Em nota publicada no próprio portal, a Câmara Municipal de Porto Velho informa que está promovendo medidas de reorganização administrativa, funcional e orçamentária, com repercussões em seu quadro de pessoal, incluindo a exoneração de ocupantes de cargos em comissão, como parte de um processo de adequação institucional fundamentado em critérios técnicos, constitucionais e de responsabilidade na gestão pública.

As providências adotadas consideram, de forma conjunta, a necessidade de adequação da composição do quadro funcional aos parâmetros constitucionais e às orientações dos órgãos de controle, o fortalecimento do quadro permanente mediante o ingresso de servidores aprovados em concurso público e a compatibilização das despesas de pessoal com a realidade orçamentária da Câmara Municipal.

A meta declarada é equilibrar as contas da Casa para encerrar o exercício orçamentário de 2026 e iniciar o ciclo de 2027 sem pendências financeiras ou restos a pagar.

Nota Oficial

A Câmara Municipal de Porto Velho informa que está promovendo medidas de reorganização administrativa, funcional e orçamentária, com repercussões em seu quadro de pessoal, incluindo a exoneração de ocupantes de cargos em comissão, como parte de um processo de adequação institucional fundamentado em critérios técnicos, constitucionais e de responsabilidade na gestão pública.

As providências adotadas consideram, de forma conjunta, a necessidade de adequação da composição do quadro funcional aos parâmetros constitucionais e às orientações dos órgãos de controle, o fortalecimento do quadro permanente mediante o ingresso de servidores aprovados em concurso público e a compatibilização das despesas de pessoal com a realidade orçamentária da Câmara Municipal.

A Constituição Federal estabelece o concurso público como regra para o ingresso no serviço público, ressalvadas as nomeações para cargos em comissão, destinados às atribuições de direção, chefia e assessoramento. Nesse contexto, a Administração Pública deve observar a adequada composição de sua estrutura funcional, assegurando equilíbrio e proporcionalidade entre cargos efetivos e cargos em comissão, nos termos dos parâmetros constitucionais e das orientações dos órgãos de controle.

A Câmara Municipal vem acompanhando os apontamentos, determinações e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO relativos à composição de seu quadro de pessoal e adotando as providências administrativas necessárias à adequação de sua estrutura funcional.

Paralelamente, encontra-se em andamento o processo de provimento de cargos efetivos decorrentes do concurso público, inclusive com novas convocações, o que exige planejamento para a recepção, lotação e incorporação dos novos servidores à estrutura administrativa, bem como a correspondente previsão de seus impactos orçamentários e financeiros.

As medidas adotadas também consideram as projeções técnicas das despesas com pessoal e respectivos encargos para o encerramento do exercício de 2026. Nesse contexto, compete à Administração atuar de forma preventiva e responsável, promovendo os ajustes e reprogramações necessários à preservação do equilíbrio orçamentário e à observância dos princípios e deveres estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Trata-se, portanto, de um conjunto de medidas administrativas convergentes, que envolvem a adequação do quadro funcional, o atendimento às orientações dos órgãos de controle, o fortalecimento do quadro efetivo mediante concurso público e a responsabilidade na execução orçamentária.

As exonerações de ocupantes de cargos em comissão integram esse processo de reorganização institucional e possuem natureza exclusivamente administrativa, não constituindo penalidade ou medida de caráter pessoal, tampouco representando juízo negativo acerca da atuação profissional dos servidores alcançados.

A Presidência reconhece e agradece a contribuição dos servidores que, no exercício de suas funções, colaboraram com as atividades desta Casa Legislativa e com a prestação dos serviços públicos à população de Porto Velho.

A reorganização será conduzida de modo a preservar a continuidade das sessões legislativas, da tramitação das proposições, das atividades de fiscalização, do atendimento ao cidadão e dos serviços administrativos essenciais ao funcionamento da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal de Porto Velho reafirma seu compromisso com a legalidade, a transparência, a responsabilidade fiscal e orçamentária, a valorização do serviço público efetivo, a eficiência administrativa e a continuidade dos serviços prestados à população.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PRESIDÊNCIA

11º Leilão Direito de Viver de Porto Velho abre campanha de doações em prol do Hospital de Amor

Porto Velho está com as doações abertas em prol do Hospital de Amor. Neste ano, a mobilização tem como meta chegar a R\$ 2 milhões em arrecadação, destinados a contribuir com a continuidade dos atendimentos aos pacientes da instituição.

A população já pode participar da campanha. A cada R\$ 30 doados, o participante recebe um cupom para concorrer a uma scooter Honda Elite 125 cc o km. A cada R\$ 100 doados, recebe um cupom para concorrer a um Fiat Mobi o km.

A doação digital pode ser feita pelo instagram @leilaodirei-

todeviverportovelho através dos links que estão na BIO, ou nos QR CODE dos banners de divulgação. O atendimento é automático no whatsapp com DDD (17), e a doação vai direto para a conta da PIO XII (razão social do Hospital de Amor).

Além das doações digitais, a campanha conta com cupons físicos disponíveis em lojas pecuárias parceiras. Outros estabelecimentos comerciais que desejarem receber os cupons e ajudar na mobilização também podem entrar em contato com a equipe pela página oficial @leilaodireitodeviverportovelho, no Instagram.

A mobilização tam-

bém faz um chamado especial aos pecuaristas de Rondônia para a doação de animais que serão leiloados durante o evento. Os produtores interessados em contribuir podem entrar em contato com a coordenação pelo Instagram para receber as orientações sobre a doação.

O 11º Leilão Direito de Viver será realizado no dia 8 de novembro, a partir das 10h, na Villa Privilege, em Porto Velho. A programação terá início com a celebração de uma missa, seguida pelas atividades do leilão beneficente.

Toda a arrecadação será destinada ao Hospital de Amor, contri-



Meta é superar R\$ 2 milhões; população pode contribuir e concorrer a um Fiat Mobi o km e uma Honda Elite 125 cc o km.

buindo para a continuidade do trabalho de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer

e para o atendimento aos pacientes que dependem da instituição.

Expresso Porto sai do papel e começa a ser pavimentada em Porto Velho

O pesado trânsito de caminhões de soja, entre outros produtos agrícolas, em importantes vias de Porto Velho é um problema que já está com os dias contados, isso por conta da importante atuação do Executivo Municipal no trabalho de intermediação junto ao Governo Federal na construção da Expresso Porto.

Inicialmente com previsão de entrega para 2030, o serviço de pavimentação dessa rodovia, que desafoga o trânsito na capital rondoniense, já começou a ser realizado, o que irá acelerar a conclusão do projeto de maneira significativa, dando a expectativa de que muito em breve a estrada seja entregue à população.

Entre as ações desempenhadas pela prefeitura de Porto Velho para destravar a pavimentação da Expresso Porto está o trabalho de desburocratização e rapidez na emissão de licenças e autorizações, além disso, uma reunião em Brasília (DF), capitaneada pelo prefeito Léo Moraes, conseguiu antecipar o serviço junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

“Muitos achavam que era um sonho distante, mas com o início do trabalho de pavimentação, estamos muito perto de aliviar o trânsito em importantes avenidas como Jorge Teixeira, Mamoré, Guaporé e Imigrantes. Com muito diálogo e capacidade técnica seguimos aju-



Léo Moraes afirmou que a pavimentação da Expresso Porto ajudará a aliviar o trânsito em importantes avenidas da capital.

dando para a entrega dessa obra”, disse Léo Moraes.

Constituída em uma via de 95 quilômetros, a Expresso Porto, além de ajudar no trânsito da capital, será um marco de progresso e logística na escoação da produção agrícola de Rondônia e estados vizinhos.

A nova ligação tam-

bém deverá contribuir para reduzir a circulação de veículos pesados dentro da área urbana, melhorando a mobilidade e diminuindo os impactos provocados pelo intenso fluxo de carretas.

A expectativa é de que a mudança beneficie tanto os moradores quanto o setor produtivo, com mais agilidade no transporte de

cargas.

Com a pavimentação em andamento, a obra passa a representar um avanço para a infraestrutura rodoviária da região. A conclusão da Expresso Porto deverá fortalecer a conexão entre áreas produtoras e os principais corredores de transporte, ampliando a eficiência logística de Porto Velho.



Porto Velho decreta emergência após avanço da estiagem no rio Madeira

O baixo nível do rio Madeira mudou a paisagem de Porto Velho. Com a redução do volume de água, grandes bancos de areia passaram a ocupar áreas antes cobertas pelo rio. A estiagem levou a Prefeitura a decretar situação de emergência diante dos impactos provocados pela seca.

Segundo a Defesa Civil Municipal, cerca de 22,9 mil pessoas são afetadas em 85 localidades, entre comunidades rurais, ribeirinhas e aldeias indígenas.

O período de estiagem é comum na região Norte entre julho e novembro, durante o chamado "verão amazônico". Neste ano, porém, o nível do Ma-

deira está abaixo do esperado para o período. Dados do SipamHidro, plataforma do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Cen-sipam), apontam que o rio está mais de um metro abaixo da média.

Na terça-feira (6), o Madeira chegou a 2,62 metros, enquanto a média esperada para esta época é de aproximadamente 3,9 metros. Desde 1º de outubro, quando o nível ainda estava na faixa dos 3 metros, a marca vem apresentando redução.

Registros feitos pela Defesa Civil mostram a dimensão da estiagem, com extensas áreas de areia surgindo no leito



Estiagem já afeta cerca de 22,9 mil pessoas em 85 localidades; decreto municipal classifica o cenário como desastre de nível II.

do rio.

De acordo com Marcelo Duarte, diretor executivo da Superintendência Municipal de Proteção e Defesa Civil, a situação deste ano foi agravada pela influência do fenômeno El Niño.

As comunidades ribeirinhas do Alto, Médio e Baixo Madei-

ra estão entre as mais afetadas. Muitas não contam com abastecimento de água encanada e dependem de poços artesianos, que também sofrem com a estiagem.

A redução do nível do rio ainda dificulta o deslocamento dessas populações. Com bancos de areia maiores e trechos mais rasos,

a navegação fica comprometida, principalmente nas comunidades localizadas em áreas mais distantes.

Diante do cenário, o prefeito de Porto Velho decretou situação de emergência e classificou a estiagem como um desastre de nível II. A medida tem validade de 180 dias.

O decreto permite ao município buscar apoio dos governos estadual e federal para ações emergenciais, incluindo o fornecimento de água potável por caminhões-pipa e embarcações. A medida também autoriza a dispensa de licitação para aquisições relacionadas à situação de emergência, conforme previsto na legislação.

Governo de Rondônia e empresa terceirizada entram na 'lista suja' do trabalho escravo

O governo de Rondônia e a empresa Terra Forte Ltda. foram incluídos nesta terça-feira (6) no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão, conhecido como "lista suja" do trabalho escravo.

A inclusão está relacionada a uma fiscalização realizada em setembro de 2025, quando dois trabalhadores venezuelanos foram encontrados em condições precárias durante uma obra da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), dentro da aldeia indígena Ricardo Franco, na Terra Indígena Rio Guaporé, em Guajará-Mirim. O serviço era executado pela Terra Forte, empresa terceirizada contratada pelo governo estadual.

Segundo o Ministério Público do Tra-

balho (MPT), os trabalhadores estavam alojados em um espaço considerado insalubre, com presença de morcegos e sem condições adequadas de higiene. Para beber água, utilizavam uma lata de cerveja como copo coletivo. O local onde dormiam também era improvisado, com colchões colocados sobre mesas escolares unidas.

Os trabalhadores teriam sido contratados com a promessa de salário compatível, pagamentos a cada 15 dias e cinco dias de folga ao final de cada mês. Conforme o MPT, nenhuma dessas condições foi cumprida. Quando a fiscalização ocorreu, eles estavam naquele local havia cerca de dois meses.

A dificuldade de acesso à região também foi considerada no caso. A obra ficava

às margens de um rio e podia ser alcançada somente por avião ou barco. Para o MPT, a localização contribuiu para manter os trabalhadores afastados e dificultou a saída do local. Os dois foram retirados de helicóptero e encaminhados de volta para suas famílias.

Após o resgate, o MPT recomendou ao governo de Rondônia que reforçasse a fiscalização sobre empresas contratadas e evitasse novos contratos com empresas que descumprissem a legislação trabalhista. Também foi iniciado um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com a empresa responsável pela execução da obra.

A "lista suja" é atualizada semestralmente pelo Ministério do Trabalho e reúne empregadores incluídos após a conclusão de



Inclusão ocorreu após o resgate de dois trabalhadores venezuelanos em condições análogas à escravidão durante obra em aldeia indígena de Guajará-Mirim.

processos administrativos relacionados à submissão de trabalhadores a condições análogas à escravidão. A permanência no cadastro é de dois anos, desde que não haja novos casos e que as pendências sejam regularizadas.

Em manifestação sobre a inclusão, a Terra Forte Ltda. informou que seus assessores jurídicos analisam o cadastro e afirmou que não reconhece responsabilida-

de pelos fatos antes do encerramento da apuração, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

A empresa também destacou que a inclusão na lista não representa uma condenação criminal e que a medida pode ser contestada nas esferas administrativa e judicial. A empresa informou ainda que pretende utilizar os meios legais disponíveis para apresentar sua defesa e questionar a medida.

Polícia Federal apreende R\$ 2,8 milhões no primeiro turno das eleições

A Polícia Federal (PF) apreendeu R\$ 2,8 milhões durante o primeiro turno das eleições, realizado nesse domingo (4). Do total, R\$ 520 mil foram em espécie. O restante foi em forma de bens. A PF atuou na prevenção e repressão de crimes eleitorais.

Até as 23h59 do domingo foram instaurados 49 inquéritos policiais e lavrados 100 termos circunstanciados de ocorrên-

cia (TCs) para apurar a prática desse tipo de crime. Durante todo o dia, 204 pessoas foram conduzidas a delegacias.

Os principais crimes registrados ontem foram compra de votos e propaganda eleitoral irregular.

Foram registradas ocorrências no Distrito Federal e em 23 estados: Bahia, Rio de Janeiro, Alagoas, Espírito Santo, Pernam-

bucó, Minas Gerais, Sergipe, Roraima, Acre, Rondônia, Amapá, Maranhão, Amazonas, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraíba, Santa Catarina, Piauí, Pará, Paraná, Rio Grande do Norte e Tocantins.

Durante todo o ano de 2026, foram abertos 1.342 inquéritos para investigar crimes eleitorais. A maior parte foi no Rio de Janeiro (156), seguido do Maranhão (135), Cea-



Foram registradas ocorrências em 23 estados e no DF.

rá (120) e de São Paulo (98). A PF disponibiliza um link para acompanhar quantas

investigações de crime eleitoral estão em andamento no país.

Justiça reabre disputa por 126 hectares de terras públicas e coloca títulos sob análise em Porto Velho

O Ministério Público Federal (MPF) obteve uma decisão judicial no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) para assegurar a proteção do patrimônio público e garantir o planejamento urbano em Rondônia.

Em decisão unânime, o TRF1 acolheu recurso do MPF, em conjunto com a União e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), revertendo sentença que havia extinguido, sem análise, uma ação judicial sobre terras públicas em Porto Velho. Com isso, o processo retornará à 5ª Vara Federal Ambiental e Agrária da Seção Judiciária de Rondônia para ter o mérito julgado.

Ao analisar o caso, o TRF1 afastou a tese de que os órgãos federais não teriam legitimidade para questionar os registros imobiliários privados na área. O relator destacou que a tentativa de anular títulos considerados irregulares busca combater a usurpação de patrimônio originalmente federal e resguardar

obrigações de interesse social. A decisão também determinou a reabertura da instrução probatória na primeira instância.

A controvérsia envolve uma área de 126 hectares, denominada Sítio Xingu (Lote 20 da Gleba Aliança), localizada no perímetro urbano de Porto Velho. A disputa começou com a expedição da Carta de Aforamento nº 3242 pela prefeitura, em março de 1958, concedendo o domínio útil da área a particulares.

O MPF sustenta a nulidade do ato porque, à época, as terras pertenciam à União por força do Decreto-Lei nº 5.812/1943, que criou o antigo Território Federal do Guaporé. Ao longo das décadas, os direitos sobre a concessão foram repassados a terceiros, herdeiros e empresas, dando origem à Matrícula nº 12.319 e a diversos desmembramentos cartorários.

Segundo o MPF, a manutenção dos títulos privados dificulta a regularização da área e favorece a es-

peculação imobiliária, prejudicando o ordenamento territorial. O contexto envolve ainda a doação, em 1980, de 7.034 hectares da União ao município, destinada à expansão urbana e à regulariza-

ção fundiária.

A retomada do processo permitirá a realização de levantamentos técnicos, periciais e cartográficos para apurar a sobreposição de títulos e

definir a correta destinação do solo urbano.

Decisão foi favorável a recurso do órgão para combater usurpação de patrimônio público e destravar regularização urbana.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA Departamento Estadual de Trânsito



ADENDO MODIFICADOR Nº III
Pregão Eletrônico nº 90012/2026/DETRAN/RO
Processo nº 0010.004899/2026-68

Objeto: Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Vigilância Patrimonial preventiva, ostensiva e armada, que compreenderá, além da mão de obra exclusiva, o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, de caráter continuado por um período mínimo de 1 ano, podendo ser prorrogado por iguais e sucessíveis períodos nos limites estipulados na lei 14.133/2021, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

O Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia - DETRAN/RO torna público para conhecimento de todos os interessados, em especial às empresas que participaram do Pregão Eletrônico nº 90012/2026 que, em razão de pedido de esclarecimento/impugnação de empresa interessada, o setor requisitante constatou a necessidade de realizar alguns ajustes no termo de referência - anexo I do edital. Dessa forma, foi elaborado adendo modificador alterando o edital e seus anexos, destacando as seguintes alterações:

1. Alteração na planilha de composição de custos e formação de preços e seus reflexos;
2. Atualização quanto ao valor estimado da contratação em decorrência da atualização das planilhas.

Diante do exposto e considerando que tais alterações afetam diretamente a formulação das propostas dos eventuais licitantes e, ainda, em atendimento ao § 1º, do Art. 55, da Lei nº 14.133/2021, será reaberto o prazo inicialmente estabelecido, ficando marcada a abertura do certame licitatório em epígrafe para o dia 27.10.2026, às 10h (horário de Brasília - DF).

Porto Velho/RO, 07 de Outubro de 2026.

Diane Keli Alves Tiago
Pregoeira Interina
DETRAN/RO

Família procura homem de 38 anos desaparecido em Rondônia

Levis Batista Ferreira, de 38 anos, conhecido pelos apelidos de Cleber e Clebinho, está desaparecido em Jarú, Rondônia. Familiares e amigos realizam buscas e procuram informações que possam ajudar a localizar o homem.

Segundo a famí-

lia, Levis foi visto pela última vez entre meia-noite e 1h da madrugada desta segunda-feira (5). Desde então, ele não foi mais localizado.

O Corpo de Bombeiros participou das buscas durante a tarde e utilizou um drone para auxiliar na procura. Durante os tra-

balhos, foram encontrados pertences que seriam de Levis, entre eles documentos, chinelo, um celular quebrado e um boné.

As buscas continuam na tentativa de localizar o homem. Familiares aguardam informações que possam ajudar a esclarecer o paradeiro de Le-



Familiares e equipes de busca procuram Levis Batista Ferreira, visto pela última vez na madrugada de segunda-feira.

vis e contribuir para sua localização.

Homem com tornozeleira eletrônica é preso após furtar frasco vazio em farmácia de Porto Velho



Ação conjunta resulta em prisão em flagrante e na apreensão de 103 kg de droga e 499 munições.

A Força Integrada de Combate ao Crime Organizado em Rondônia (FICCO/RO) prendeu em flagrante, nesta terça-feira (6/10), um homem que transportava droga e munições de uso restrito na BR-364, em Vilhena/RO.

A ação ocorreu em conjunta com a Polícia Rodoviária Federal, com a Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia e com a Agência de Inteligência da Polícia Militar.

Durante fiscalização na rodovia, as equipes da PRF abordaram um veículo que transportava motores e peças automotivas. Em vistoria minuciosa, foram localizados 104 tabletes de substância análoga à maconha do tipo skunk, que somam 103 kg, e 499 munições de calibre 7,62 mm.

A ocorrência foi encaminhada à Polícia Federal, que prosseguirá nas investigações para apurar

a origem e o destino da carga e a eventual participação de outras pessoas.

A FICCO/RO é

composta pela Polícia Federal, pela Polícia Civil, pela Polícia Penal Estadual, pela Polícia Militar e pela Polícia Penal Federal.



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE ALTO PARAÍSO - RO**

**EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO
Nº 002/SEMAGRI/2026.**

PROCESSO: 1-1600/SEMAGRI/2025.

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO- RO.
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS PARA AJUDA MÚTUA - ASPRUPAM, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 04.926.107/0001-16, com sede na Linha C-95, Travessão B-30, s/nº, LOTE 67, GLEBA 42, Zona Rural, Alto Paraíso/RO.

DO OBJETO: O presente Acordo de Cooperação tem por objeto a formalização de parceria entre o Município de Alto Paraíso e a Associação dos Produtores Rurais para Ajuda Mútua - ASPRUPAM, para cessão de uso e administração de 01 (um) Perfurador de Solo Hidráulico com Brocas de 9", 12" e 18", patrimônio municipal nº 17.911, adquirido por meio do Convênio nº 352/2024/PGE-SEAGRI, visando fomentar a agricultura familiar e atender pequenos produtores rurais do Município de Alto Paraíso/RO.

DA VIGÊNCIA: O presente Acordo de Cooperação terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de sua assinatura, período compatível com o cronograma de execução e as metas previstas no Plano de Trabalho aprovado.

DA PUBLICIDADE: O extrato do presente Acordo de Cooperação e de seus eventuais aditivos será publicado pelo Município na forma prevista na legislação aplicável. Obs.: O acordo de cooperação em sua íntegra encontra-se no portal; <http://www.altoparaíso.ro.gov.br/> e <http://www.diariomunicipal.com.br/arom/>, Código Identificador: 7F69EBD0, data de circulação 08/10/2026.

Alto Paraíso/RO, 06 de outubro de 2026.

**JOÃO PAVAN
PREFEITO MUNICIPAL**



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE ALTO PARAÍSO - RO**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICA nº 053/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 1537/2026**

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA (BICICLETAS, GARRAFAS TÉRMICAS E MEDALHAS OURO/PRATA, KITS DE INCENTIVO ESCOLAR (CADERNOS, ESTOJOS, LÁPIS, COLA, BORRACHA, LIVROS), PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (SEMED) DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO - RO, Critério: Menor Preço por item. Valor estimado: R\$ 14.588,44. Abertura: 23/10/2026, às 10h00 (Brasília). Edital: www.licitanet.com.br e www.altoparaíso.ro.gov.br. Informações: (69) 9974-9293 ou cpl.pmap123@hotmail.com.

Alto Paraíso/RO, 07 de outubro de 2026

**Eliene da Silva
Agente de Contratação**



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE ALTO PARAÍSO - RO**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICA nº 052/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 1048/2026**

Objeto: SISTEMA REGISTRO DE PREÇO VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO-RO, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, Critério: Menor Preço por item. Valor estimado: R\$ 198.324,12. Abertura: 26/10/2026, às 10h00 (Brasília). Edital: www.licitanet.com.br e www.altoparaíso.ro.gov.br. Informações: (69) 9974-9293 ou cpl.pmap123@hotmail.com.

Alto Paraíso/RO, 06 de outubro de 2026

**Eliene da Silva
Agente de Contratação**

Federação confirma oito clubes no Rondoniense 2027; Rolim de Moura e Guaporé prometem clássico mais aguardado



A confirmação de Rolim de Moura e Guaporé chama atenção especialmente pela rivalidade local.

A Federação de Futebol do Estado de Rondônia (FFER) confirmou oito clubes para a disputa do Campeonato Rondoniense Série A de 2027. Entre os participantes estão Rolim de Moura e Guaporé, colocando os dois representantes de Rolim de Moura frente a frente em um clássico que promete ser um dos jogos mais aguardados da próxima edição do estadual.

Além das duas equipes rolimourenses, estão confirmados Rondoniense, Ji-Paraná, Gazin Porto Velho, Sport Genus, Barcelona e Vilhena. Os oito clubes cumpriram as exigências documentais estabelecidas para participar da competição.

A confirmação de Rolim de Moura e Guaporé chama atenção especialmente pela rivalidade local. De um lado, o Rolim de Moura Esporte Clube retorna à elite estadual. Do outro estará o Guaporé, que chegará à competição como atual campeão

rondoniense.

O encontro entre os dois times deverá movimentar a torcida da cidade e ganhar destaque no calendário esportivo regional. A data do clássico, porém, ainda não está definida, já que a tabela oficial da competição ainda será elaborada.

Congresso Técnico
será em 29 de outubro
O próximo passo
da organização será
o Congresso Técnico,
marcado para o dia 29
de outubro, às 10h, na
sede da FFER.

No encontro, dirigentes dos clubes e representantes da Federação deverão discutir e definir o regulamento, as diretrizes e o formato de disputa do Campeonato Rondoniense de 2027.

A definição do modelo da competição também determinará quantas vezes Rolim de Moura e Guaporé poderão se enfrentar durante o estadual.

Rolim de Moura
terá dois representan-

tes na elite

A presença das duas equipes coloca Rolim de Moura em situação de destaque no campeonato. O município terá dois clubes entre os oito participantes da principal divisão do futebol profissional de Rondônia.

O Guaporé entra na temporada com a responsabilidade de defender o título estadual conquistado em 2026, enquanto o Rolim de Moura retorna à Série A buscando espaço entre as principais equipes do estado.

Além da disputa pelo título, o Campeonato Rondoniense tem importância para o calendário nacional dos clubes. A competição estadual serve de caminho para vagas e cotas financeiras relacionadas ao Campeonato Brasileiro Série D, à Copa Verde e à Copa do Brasil.

Com os participantes definidos, a expectativa agora fica para o Congresso Técnico e, posteriormente, para

a divulgação da tabela. Em Rolim de Moura, a atenção estará especialmente voltada

para o encontro entre os dois clubes da cidade: Rolim de Moura x Guaporé.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE ALTO PARAÍSO - RO

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO
CONTRATO 030/PJM/2025.

PROCESSO: 1-260/SEMOSP/2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO.
CONTRATADA: Compacta Engenharia LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 16.791.650/0001-32, estabelecida na Rua Joao Pedro da Rocha, nº 2745, Sala 02, Bairro Embratel de Porto Velho/RO.

DO OBJETO: Esse termo tem por objeto, prorrogar a execução dos serviços do Contrato nº 030/PJM/2025, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar do primeiro dia útil subsequente ao último dia do prazo anterior.

DO VALOR: R\$ 465.069,04 (quatrocentos e sessenta e cinco mil e sessenta e nove reais e quatro centavos)
DA RATIFICAÇÃO: Ficam integralmente ratificadas todas as demais cláusulas do contrato original que, expressa ou implicitamente, não conflitem com as disposições deste termo. O Contrato em sua íntegra encontra-se no portal; <http://www.altoparaíso.ro.gov.br/> e <http://www.diariomunicipal.com.br/arom/>, Código Identificador: A268BE0A, data de circulação 08/10/2026.

Alto Paraíso/RO, 02 de outubro de 2026.

JOÃO PAVAN
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE ALTO PARAÍSO - RO

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Nº 003/2026/SEMAGRI

Processo Administrativo nº 141/2025

A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/RO torna público o Chamamento Público nº 003/2026 – SEMAGRI, para seleção de Associação sem fins lucrativos para celebração de Acordo de Cooperação, visando ao fornecimento de 01 Transplantadeira TC Monodrive Budny, 2 linhas, recebida por meio do CNV/222/SEAGRI/PGE/2023. Manifestação de interesse e entrega da documentação: até 17/11/2026, às 09h00 (horário local). Edital: www.altoparaíso.ro.gov.br. Informações: (69) 3534-2981.

Alto Paraíso/RO, 07 outubro 2026.

Gildo Ferreira de Oliveira
Presidente da Comissão de Chamamento Público